

# Marinheiros, Portuários e a “Cidade Vermelha”: mobilização e repressão no contexto do golpe civil-militar de 1964

*Robert Porto Castro*

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil  
robertwpcastro@yahoo.com.br

---

**Resumo:** O presente artigo constitui-se em uma breve releitura da mobilização da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e seus desdobramentos na cidade brasileira de Rio Grande-RS, durante o ano de 1964. Nesse sentido, a partir de um processo de aproximação entre marinheiros e trabalhadores portuários riograndinos, em um contexto nacional marcado por intensa mobilização social em um cenário político tensionado. Analisou-se a repressão que se abateu sobre a urbe riograndina – capitaneada pela Marinha do Brasil – no quadro da radicalização do movimento dos marinheiros, no contexto do Golpe Civil-Militar de 1964. Buscando evidenciar os desdobramentos da mobilização desses militares e a eventual atuação da AMFNB em Rio Grande-RS, bem como, a relação entre lideranças portuárias riograndinas e integrantes ou apoiadores da associação “fuzinauta”<sup>1</sup> naquele contexto. Destarte, o presente trabalho procura contribuir para um melhor entendimento acerca do alcance do movimento dos marinheiros, bem como, da maneira como foi conduzida a repressão em Rio Grande-RS ainda nos instantes de consolidação do golpe.

**Palavras-chave:** Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. Portuários. Cidade de Rio Grande-RS. Golpe Civil-Militar.

---

## Introdução

Em se tratando de um tema ainda tão “vivo” em nossa sociedade, o Golpe Civil-Militar de 1964<sup>2</sup> e a consequente repressão que se abateu sobre o Brasil durante as duas décadas que se seguiram, têm sido objeto de análises e debates historiográficos que buscam contribuir para um melhor entendimento acerca desse período tão tensionado da história recente brasileira. Entretanto, apesar do tamanho continental do Brasil, ainda são poucas as pesquisas que estabelecem suas análises fora dos grandes centros do país. Ficando assim a maioria das localidades brasileiras relegadas a alguns poucos trabalhos de

---

<sup>1</sup> Termo empregado na Marinha para fazer referência a algo comum à marinheiros e fuzileiros navais.

<sup>2</sup> Que consistiu, efetivamente, na instauração de um regime ditatorial militar após a deposição do então Presidente da República, João Goulart, por meio de uma articulação entre as Forças Armadas e instituições/segmentos da sociedade civil brasileira, com franco apoio do governo dos Estados Unidos da América. Contrários ao projeto reformista de Goulart, que contava com o apoio das camadas trabalhadoras da sociedade, e à sua política externa de cunho independente que buscava aproximação com países como China e Cuba. *Vide:* FERREIRA e GOMES, 2014; FERREIRA e REIS, 2007 e CORRÊA, 1977.

pesquisadores locais, ou ainda à uma lacuna historiográfica, como é o caso da cidade de Rio Grande-RS.

Nesse sentido, se faz necessário o aprofundamento e a ampliação do debate historiográfico acerca desse momento ainda tão nebuloso de nossa história, especialmente, fora das principais capitais e suas respectivas regiões metropolitanas. E é com este intuito que, no presente artigo, analisaremos o modo como foi implementada a repressão na urbe riograndina ainda nos instantes iniciais do golpe, no mês de abril de 1964. Problematicando o fato de ter sido atribuída à Marinha a tarefa de capitanear as ações naquela cidade, bem como, as motivações para que fossem envidados esforços no sentido de perseguir e prender eventuais lideranças riograndinas, a fim de mitigar ou impedir ações de resistência na região. Buscando compreender a eventual atuação da AMFNB em Rio Grande-RS e sua relação com segmentos de trabalhadores portuários da cidade naquele contexto.

Não obstante sua pouca notoriedade perante o senso comum da sociedade brasileira, Rio Grande-RS teve destacada importância no quadro político-econômico nacional devido ao histórico de atividades industriais exercidas na cidade. E, principalmente, por situar-se naquela localidade o único porto oceânico do estado do Rio Grande do Sul, um dos maiores do país. Fatores que contribuíram, sobremaneira, para o desenvolvimento de uma forte tradição sindical<sup>3</sup>.

A relevância da urbe riograndina, especialmente no contexto do golpe de 1964, fica ainda mais evidente quando percebemos o modo e a intensidade com que atuou a repressão na cidade. Nas palavras do historiador Edgar Ávila Gandra (1999, p. 90):

A repressão aos inimigos da denominada revolução não foi mais branda que em outras localidades. Em Rio Grande, várias pessoas foram presas, entre elas os principais dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande. *O município só perdia em número de encarcerados para a capital gaúcha* [grifo meu].

O fato da Marinha ter sido incumbida de capitanear as ações no sentido de assegurar a efetivação do golpe em Rio Grande-RS, deveu-se não somente a ser esta a arma de maior representatividade na cidade, cuja maior autoridade militar era o capitão de mar e guerra Mário Rodrigues da Costa, titular da principal organização militar-naval no estado gaúcho, a Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul (CPRS). Mas, a despeito de se tratar de um local de grande importância estratégica e econômica, ligado

---

<sup>3</sup> Processo que buscarei melhor evidenciar no próximo tópico do presente trabalho, quando historiarei sobre a cidade destacando algumas de suas singularidades.

essencialmente às atividades marítimas, era também marcado por tensões políticas e sociais, como poderemos verificar mais adiante. O que demandou forte atuação repressiva da Marinha, sobretudo pela relevância do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS e sua atuação na cidade junto a outras categorias, especialmente: estivadores, portuários e marítimos.

Esses segmentos de profissionais que compartilhavam o porto enquanto espaço de trabalho, estabeleciam pontos de contato não somente no *lócus* portuário, mas, sobretudo em seus locais de moradia e diversão. Era comum frequentarem bares e baixos meretrícios localizados na zona portuária, bem como, estabelecerem residência nos bairros Getúlio Vargas e Santa Tereza, ambos situados nas imediações do porto. Desse modo, categorias como estivadores, marítimos e portuários da cidade de Rio Grande-RS mantinham entre si uma “perigosa proximidade”, em especial, no contexto político social tensionado vigente no país à época. Marcado por significativa efervescência popular em torno de reivindicações por garantias e avanços sociais para os segmentos trabalhadores.

O quadro de crescente mobilização, em âmbito nacional, de marinheiros e fuzileiros da força naval brasileira em torno de suas demandas<sup>4</sup>, associada a forte tradição marítima e sindical que rendeu à urbe riograndina o apelido de “cidade vermelha”<sup>5</sup>. Levou o alto comando da Marinha a empreender esforços para a repressão naquela cidade desde os primeiros dias de abril de 1964. Instante esse em que o chamado comando da revolução ainda não contava com o apoio definitivo do 3º Exército, sediado no Rio Grande do Sul, e das forças policiais daquele estado.

Nesse sentido, analisaremos o modo como a Marinha conduziu a repressão sobre diversas lideranças riograndinas durante os dias que se sucederam ao golpe, bem como, as motivações e particularidades dessa ação repressiva em um cenário de eventual atuação da AMFNB na cidade. Considerando que, a partir das memórias daqueles que experienciaram um passado traumático na cidade de Rio Grande-RS, vivenciado em um período significativamente tensionado da história recente do Brasil, construiu-se na urbe riograndina uma memória acerca daquele momento. Especialmente sobre o mês de abril

---

<sup>4</sup> Através da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), entidade fundada em 1962 e dissolvida definitivamente em novembro de 1964, militares nas graduações iniciais (cabos, marinheiros e soldados) da Marinha do Brasil reivindicavam junto a alta administração naval, principalmente, avanços em questões afetas à: carreira, garantias sociais, direitos, além de melhorias salariais e nas condições de trabalho.

<sup>5</sup> Devido à forte tradição sindical e, conseqüentemente, ao elevado número de presos por ocasião do golpe em 1964, Rio Grande-RS ficou conhecida entre as forças de repressão que atuaram no estado gaúcho como a “cidade vermelha”, como relataram lideranças sindicais e políticas presas à época.

de 1964, sendo a representação idealizada sobre o navio *Canopus*<sup>6</sup> e sua atuação durante o período em tela, elemento constituinte dessa memória da sociedade riograndina.

De modo a proporcionar uma melhor compreensão ao leitor acerca da já mencionada relevância de Rio Grande-RS, durante o tensionado período em tela, historiarei brevemente acerca da cidade e algumas de suas particularidades, as quais se revestem de significativa relevância para o presente trabalho.

### **A “Cidade Vermelha” e a Associação “Fuzinauta”**

Fundada com propósito de assegurar a posse portuguesa e contribuir com a defesa da extremidade sul da colônia, ainda no século XVIII a Vila do Rio Grande de São Pedro<sup>7</sup> tinha grande importância estratégica para a metrópole portuguesa, especialmente, pelas constantes disputas territoriais na região platina. Após a independência política do Brasil a cidade de Rio Grande-RS manteve sua relevância em um contexto regional. Despontando como importante entreposto comercial, tanto para o mercado interno quanto para o comércio exterior, e ainda, como principal porto da região sul do país. Nesse cenário, que mesclava forte presença militar e um crescente nas atividades mercantis, especialmente, aquelas relacionadas diretamente com a produção voltada para o comércio marítimo, a urbe riograndina passou por significativas transformações no século XIX.

Com seu desenvolvimento fundamentado, principalmente, nas atividades relacionadas ao mar, Rio Grande-RS concentrou um grande número de trabalhadores e abrigava uma população itinerante, característica das cidades portuárias. Em detrimento do fato de não mais se constituir enquanto centro administrativo da província gaúcha, já em fins do século XIX Rio Grande-RS passava por um processo de industrialização característico das grandes cidades e capitais portuárias do país. No início do século XX já contava com uma significativa população urbana, voltada para atividades ligadas diretamente ao comércio e à indústria e com forte ligação com o porto. Essas características contribuíram para a formação de uma mentalidade de classe entre os

---

<sup>6</sup> Navio Hidrográfico, ou seja, sem as características de um navio de guerra, tais como: armamento, sensores de tiro, contramedidas, etc. Estava subordinado diretamente à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), órgão naval ligado à navegação e ao tráfego aquaviário, sob o indicativo H-22 e na cor predominantemente branca, típica dos navios de pesquisa da Marinha do Brasil.

<sup>7</sup> Foi centro administrativo da província de São Pedro do Rio Grande do Sul até a invasão espanhola (1763-1776) quando perdera definitivamente a condição de centro administrativo para Porto Alegre (ALVES e TORRES, 1997, p.36).

trabalhadores riograndinos, bem como, para a preponderância dos sindicatos ligados às atividades portuárias no contexto das crescentes mobilizações sindicais na cidade. De acordo com Edgar Gandra (1999, p. 12):

Rio Grande foi um dos primeiros municípios do país a sofrer um processo de industrialização e, conseqüentemente, a presenciar o *fazer-se*<sup>8</sup> da classe operária. Surgiu, neste momento, um segmento de classe que marcou de forma significativa o contexto da sociedade riograndina, referimo-nos aos trabalhadores portuários. [Grifo do autor].

Ao longo da primeira metade do século XX, Rio Grande-RS experimentou uma intensa industrialização e um conseqüente aumento nas atividades mercantis através de seu porto. O que conferiu maior significância às mobilizações de determinadas categorias de trabalhadores que estavam diretamente ligadas à importância do porto riograndino. Nesse quadro, os portuários passaram a ter destacada atuação na cena política da cidade e, em 1960, constituíram o Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS. Que, desde a sua criação, já assumiu posição de liderança frente a outros sindicatos e associações de trabalhadores locais. Posição que ficou mais evidente durante os tensionados momentos de reivindicações trabalhistas e mobilizações sociais vivenciados pelo país nos anos iniciais da década de 1960.

Destarte, em um universo onde as similitudes entre portuários, estivadores e marinheiros transcendiam questões inerentes unicamente ao aspecto profissional. A “proximidade” entre elementos desses e outros segmentos profissionais se configurou ainda mais “perigosa” na urbe riograndina no contexto da mobilização dos marinheiros da associação “fuzinauta”. Especialmente, a partir do ano de 1963, quando se agravou a crise entre seus integrantes e a alta administração naval<sup>9</sup>.

Em uma cidade relativamente pequena, em comparação aos grandes centros urbanos e capitais portuárias do país, mas que experimentava um intenso processo de industrialização fundamentado nas atividades de seu porto. À semelhança de seus

---

<sup>8</sup> A expressão utilizada pelo autor refere-se ao sentido que é dado por E.P. Thompson ao processo de formação da classe operária. Segundo Thompson (1987, p. 9 *apud* GANDRA, 1999, p. 12) “[...] fazer-se porque é um estudo sobre um processo ativo, que se deve tanto à ação humana quanto aos condicionamentos”.

<sup>9</sup> Na esteira do crescente acirramento da cena política nacional, em abril de 1963 foi eleita a segunda diretoria da AMFNB. Cujos integrantes eram, em sua absoluta maioria, militares lotados nos navios da Armada, que tinha como presidente o marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos, o qual ficou conhecido popularmente como “cabo Anselmo”. De perfil mais combativo e diante do não atendimento às suas demandas por parte da cúpula naval, aquela diretoria passou a dirigir suas reivindicações diretamente ao Presidente João Goulart, além de manifestar publicamente o apoio ao seu projeto reformista. Vide: ALMEIDA, 2010; CASTRO, 2016 e RODRIGUES, 2004.

congêneres em cidades como: Rio de Janeiro<sup>10</sup>, Santos-SP e Recife-PE. Os portuários de Rio Grande-RS enfrentavam os estigmas sociais comuns aos trabalhadores do *lócus* portuário. Estigmas que se estendiam aos bairros localizados nas proximidades do porto, onde residiam a grande maioria dos portuários, estivadores, marítimos e marinheiros. Nesse sentido, Edgar Gandra (1999, p. 38) afirma que:

[...] essa estigmatização possuía uma profunda relação com seu elevado estado de miserabilidade. Os portuários [...] possuíam precárias condições de vida, sejam em relação à moradia, à alimentação ou ao vestuário. [...] Os próprios trabalhadores reconhecem que sua pobreza atraía a desconfiança da classe mais abastada, que os consideravam potencialmente capazes de violências e furtos. Neste sentido, são recorrentes nos periódicos locais de Rio Grande, as notícias sobre o “perigoso” bairro Getúlio Vargas, local considerado um antro de toda espécie de gente e, que deveria ser evitado.

Além das características sociais relacionadas à violência e ao pouco desenvolvimento intelectual, “os trabalhadores portuários de Rio Grande também eram enquadrados como vagabundos e alcoólatras” (GANDRA, 1999, p. 39). Desse modo, é possível perceber que a proximidade existente entre aqueles segmentos de trabalhadores ultrapassava aspectos relacionados unicamente às suas características profissionais. Alcançando questões de cunho social que, no contexto dos anos iniciais da década de 1960, eram basilares para as mobilizações de diversos segmentos sociais que ocorriam no país.

Nesse quadro, a cidade de Rio Grande-RS se constituía enquanto cenário onde diversas categorias de trabalhadores – especialmente aquelas vinculadas às atividades desenvolvidas no porto, incluindo os marinheiros – experienciaram cada qual a sua cotidianidade, fundamentada na pobreza, nas restrições e estigmas sociais. Passando assim a identificarem-se, em suas realidades sociais e universos de trabalho, enquanto membros de grupos ou segmentos específicos. Mas que devido às suas origens e à realidade social que vivenciavam, tinham demandas bem semelhantes.

Esse processo culminou em um significativo engajamento partidário e sindical por parte daqueles trabalhadores. Sobretudo a partir dos primeiros anos da década de 1960, contexto em que, como já mencionado, se deu a fundação Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS e também da AMFNB, em 1962, na cidade do Rio de Janeiro-RJ. De modo que, com base nessa proximidade é

---

<sup>10</sup> Então estado da Guanabara desde a mudança da capital federal para Brasília, em 1960, até a fusão com o estado do Rio de Janeiro, em 1975, quando se tornou capital do mesmo. Mas, a fim de melhor situar geograficamente e conferir maior comodidade ao leitor, seguirei denominando por Rio de Janeiro-RJ.

possível problematizar a importância de uma eventual atuação da AMFNB na cidade de Rio Grande-RS durante o período em tela.

Entre os sindicatos e grupos sociais que apoiavam o movimento dos marinheiros e o próprio governo do Presidente da República, João Goulart, cabe destacar a União dos Portuários do Brasil. Cujas diretorias se encontravam presentes na assembleia extraordinária da AMFNB realizada no dia 1º de fevereiro de 1964<sup>11</sup>. Esse fato reveste-se de importância ainda maior para a presente análise, quando consideramos que naquele ano a associação “fuzinauta” contava com sucursais em algumas das principais capitais e cidades portuárias do país, a saber: Ladário-MS, Natal-RN, Recife-PE, Salvador-BA e Belém-PA – conforme divulgação da edição de número 12 do jornal *A Tribuna do Mar*<sup>12</sup>, periódico da AMFNB – estando ainda em formação a sucursal da cidade de Vitória-ES<sup>13</sup>. E ainda, que o sindicato dos portuários da cidade de Rio Grande-RS estava em permanente contato com as lideranças nacionais do movimento sindical ligado às atividades portuárias, como evidencia Antônio Nailem Espíndola<sup>14</sup> em um trecho de sua narrativa: “O Dinarte<sup>15</sup> estava no Rio de Janeiro em numa reunião sindical com todas as federações, a dos portuários, dos estivadores. Também estava lá o presidente das estivas Delmo Simões [...]”<sup>16</sup>.

A proximidade entre marinheiros e portuários alcançou o âmbito das mobilizações políticas e sociais em um contexto nacional, tornando ainda mais relevante uma atuação da AMFNB em Rio Grande-RS e justificando a intensa repressão desencadeada na cidade imediatamente após o golpe. O fato de os portuários de Rio Grande-RS apoiarem as reivindicações do movimento “fuzinauta”, haja vista a presença da diretoria da União dos Portuários do Brasil em assembleia da AMFNB no Rio de Janeiro-RJ, reforça a relevância da urbe riograndina no contexto da mobilização dos marinheiros. E constitui-se enquanto indício da importância de uma eventual atuação da AMFNB nessa cidade. Dessa maneira, conforme veremos mais adiante, há indicações da referida atuação tanto através de seus associados que voltavam de férias à cidade, quanto de seus

---

<sup>11</sup>Base de dados do Projeto “Brasil Nunca Mais” (BNM) digital <http://bnmdigital.mpf.mp.br> - BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara em 01fev.1964.

<sup>12</sup>In: VIEGAS, 2004, p.60.

<sup>13</sup>BNM 149, p.2604-2608 – Ata da assembleia geral extraordinária da AMFNB realizada no Sindicato dos Rodoviários da Guanabara-RJ em 01fev.1964.

<sup>14</sup>Liderança do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS no início da década de 1960. Preso pelas forças de repressão após o Golpe Civil-Militar de 1964 ficou detido a bordo do navio *Canopus*.

<sup>15</sup>Presidente do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS à época do Golpe Civil-Militar de 1964.

<sup>16</sup>Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra, em 21 de fevereiro de 1997. Ver: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) – Processo nº 4058-1200/98-4.

representantes e delegados, quando os navios da Marinha, provenientes do Rio de Janeiro-RJ, ali atracavam.

Cabe destacar o posicionamento do periódico *O Rio Grande*, de grande circulação à época, que em seu editorial, intitulado “inconveniências”, abordou um episódio na escalada da crise entre a AMFNB e a alta administração naval:

[...] Tivemos agora, mesmo, uma injúria tremenda praticada com a conivência das autoridades “educacionais” deste País que lotaram um auditório com marinheiros da Marinha de *Tamandaré* e *Marcílio Dias* para assistir o filme soviético “*Encouraçado Potemkin*”. Não negamos o sentido artístico dessa obra, pois, o nosso anticomunismo não é doentio e reconhecemos o gênio cinematográfico de Eisenstein. O que não aceitamos é que mostre aos marinheiros do Brasil cenas de revoltas no interior de uma belonave e o morticínio de superiores hierárquicos como que sugerindo a repetição do fato em uma Marinha onde não existe chibata, onde se respeita a dignidade humana e que tem sido escola de civismo.

O desprante é tão grande que o próprio Ministro da Marinha protestou contra essa “promoção” revolucionária encampada pelo almirante Aragão que transformou o Corpo de Fuzileiros Navais em guarda pretoriana do deputado Leonel Brizola. Condenação integral merecem esses homens do governo que estão estimulando a desordem nos quartéis e nos navios de guerra. [...] <sup>17</sup> [Grifos meus].

O trecho do editorial acima denota o posicionamento daquele veículo de imprensa no contexto político tensionado da época. E ainda, a relevância conferida em Rio Grande-RS à mobilização dos marinheiros no Rio de Janeiro-RJ, e, conseqüentemente, aos desdobramentos da crise na Marinha. Tendo em conta que, em um cenário de acentuada ampliação das atividades junto aos praças da força naval, a AMFNB contava com associados também na urbe riograndina.

Nesse sentido, o ex-marinheiro Paulo Costa<sup>18</sup>, relatou ter realizado atividades de divulgação da associação junto aos militares lotados na CPRS durante seu período de férias. Segundo o entrevistado: “[...] o tempo correu e passou o ano de 63, em fevereiro [...] eu vim a Rio Grande de férias, trouxe os jornais da associação e distribuí na capitania. [...] na época recém tava (*sic.*) iniciando a ferver o negócio”<sup>19</sup>.

Curiosamente, entre os dias 22 de março e 14 de abril daquele ano, poucos dias após regressar das férias em sua cidade natal, Paulo Costa foi punido disciplinarmente três

<sup>17</sup> *O Rio Grande*, 3mar.1964, p.2 – Biblioteca Riograndense.

<sup>18</sup> Paulo Fernando Santos da Costa, gaúcho da cidade de Rio Grande-RS, foi anistiado e atualmente é suboficial reformado (por força de ação na justiça), ingressou na Marinha no ano de 1961 através da Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina, situada na cidade de Florianópolis-SC.

<sup>19</sup>O entrevistado se refere ao agravamento da crise entre a AMFNB e a alta administração naval.

vezes, cumprindo um total de treze dias<sup>20</sup> de prisão a bordo do navio em que estava lotado à época, o cruzador *Tamandaré*. E ainda outras duas vezes, entre os dias 29 de abril e 6 de maio, permanecendo assim mais quatro dias<sup>21</sup> a bordo do *Tamandaré*.

Desse modo, cabe um questionamento acerca das reais intenções das referidas sanções disciplinares aplicadas ao militar. Haja vista que, de acordo com sua narrativa, no ano anterior teria distribuído jornais da associação na CPRS. Assim, deliberadamente ou não, essas punições evitaram que o ex-marinheiro estivesse presente em Rio Grande-RS durante os desdobramentos da crise política que culminou com o Golpe Civil-Militar no ano de 1964. Fato que se reveste de grande importância no contexto desta análise, devido à atuação de Paulo Costa enquanto membro da associação “fuzinauta” na urbe riograndina.

Se considerarmos o fato de que, desde sua gênese, a AMFNB sempre buscou alcançar os marinheiros nas mais distantes localidades do país. E que essa tendência atingiu seu ápice no início do ano de 1964, quando já contaria com mais de “quatro mil sócios com carteira e dez mil inscritos”<sup>22</sup>, além de sucursais espalhadas pelo Brasil. Poderemos compreender que a prática de aplicação sistemática de punições disciplinares às lideranças e membros do movimento dos marinheiros, constituiu-se enquanto instrumento utilizado pela alta administração naval para desarticular a associação, diante das impossibilidades legais de interferência em suas atividades ou de determinar a dissolução da mesma. E ainda, que foi com base nessas punições que muitos daqueles militares foram sumariamente expulsos da Marinha, sendo perseguidos e, em alguns casos, submetidos à condenação penal.

Outro aspecto que merece destaque e que aponta para a atuação da AMFNB em Rio Grande-RS, foi o fato de o cabo Domingos Pereira Gomes de Souza, tripulante do navio hidrográfico *Canopus* e representante da associação naquele navio desde o final de 1963, ter sido convocado para depor acerca da assembleia do dia 25 de março. Pois, considerando que o *Canopus* se fez presente em águas gaúchas em diversos períodos entre os anos de 1961 e 1964, a fim de proceder o levantamento hidrográfico da costa do estado do Rio Grande do Sul. O cabo Domingos, possivelmente, poderia estar em permanente contato com militares da Marinha lotados na cidade de Rio Grande-RS durante todo o

---

<sup>20</sup>Sendo dez dias de prisão rigorosa (Art. 23 do Regulamento Disciplinar da Marinha - RDM) por ter incidido os itens 3, 6 e 49; e três dias de prisão simples (Art. 22 do RDM) por ter incidido o item 33; sendo todos itens do Art. 7º do RDM.

<sup>21</sup>Sendo dois dias de prisão simples e dois dias de serviço extraordinário (Art. 21 do RDM), por ter incidido os itens 44 e 50 do Art. 7º do RDM, respectivamente.

<sup>22</sup>*O Globo*, 27mar.2004, Prosa e Verso, p.3 – Acervo digital <http://acervo.oglobo.globo.com/>

período em que seu navio realizou o referido levantamento. Isto porque, sendo a CPRS a maior e mais importante unidade da Marinha no estado gaúcho à época, o *Canopus* contou com o apoio logístico daquela organização militar durante as diversas vezes em que esteve atracado no porto de riograndino.

Indiciado durante a “operação limpeza” e interrogado com base na portaria nº 540<sup>23</sup> de 3 de abril de 1964 do Ministro da Marinha, Domingos demonstrou ser um membro ativo da AMFNB e, principalmente, atento aos desdobramentos da crise que se desenrolava no Rio de Janeiro-RJ enquanto estava em Rio Grande-RS, a bordo do *Canopus*. Em seu depoimento<sup>24</sup>, prestado no dia 28 de abril daquele mesmo ano, o cabo Domingos alegou que apenas exerceu a atividade de cobrador a bordo. Em substituição ao delegado da associação naquele navio, o marinheiro de primeira classe Reinaldo Bonfim, que havia desembarcado<sup>25</sup> em fins de 1963. O militar foi questionado sobre suas atividades na associação “fuzinauta”, e ainda, sobre sua rede de relacionamentos e posicionamento pessoal enquanto representante da associação a bordo do *Canopus* na ocasião do golpe. Ao ser inquirido sobre uma carta que teria escrito para o deputado Neiva Moreira<sup>26</sup>, datada de 25 de outubro de 1963, respondeu que: “tratava-se de tentar obter, através daquele deputado, sua transferência para servir no Maranhão, onde reside sua mãe”.<sup>27</sup> E negou ter qualquer conhecimento acerca das ligações do deputado com a associação, bem como, das atividades subversivas atribuídas ao político.

Além das relações estabelecidas com o deputado federal Neiva Moreira, Domingos Pereira, quando questionado sobre ocorrido no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro-RJ – durante a assembleia do dia 25 de março de 1964 – afirmou o seguinte:

[...] achava-se no sul do país sabendo das notícias através de jornais e rádio e comunicações de seu próprio comandante; que discordou das atitudes assumidas pela diretoria da associação principalmente no que se relaciona com a passeata que julga incompatível com as atitudes que pode assumir um militar; que estava

---

<sup>23</sup>BNM 149, p. 27 – Portaria que determina a instauração de Inquérito Policial Militar (IPM) para apurar as responsabilidades relacionadas às ocorrências havidas entre a madrugada do dia 26 e a tarde do dia 27 de março de 1964 no Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio de Janeiro.

<sup>24</sup>BNM 149, p. 2378, 2410-2412 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

<sup>25</sup> Expressão marinheira utilizada para indicar que um militar deixou de compor, definitivamente, a tripulação de um determinado navio.

<sup>26</sup>Deputado Federal à época do Golpe Civil-Militar de 1964, Neiva Moreira foi franco apoiador das reformas de base propostas por Goulart e, aliado de Leonel Brizola, tornou-se uma das principais lideranças do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Assim como Brizola, Neiva Moreira era franco apoiador das reivindicações dos marinheiros e do próprio movimento da AMFNB, sendo acusado pelos militares de ter ligação com as lideranças da Revolta dos Sargentos em Brasília no ano de 1963.

<sup>27</sup>BNM 149, p. 2411 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

disposto a ao chegar ao Rio de Janeiro a fazer a entrega à diretoria da associação do cargo de cobrador que exercia no navio.<sup>28</sup>

Mas quando foi perguntado sobre seu posicionamento expresso em carta de 1º de abril, na qual manifestava apoio ao presidente João Goulart e ao seu projeto reformista, respondeu o seguinte:

[...] a vista das informações que tinha no Rio Grande do Sul a revolução em andamento não se relacionava com o caso criado pela Associação (*sic.*) tendo em vista que já soubera que o Ministro da Marinha mandara abrir inquérito para elucidar aqueles fatos. Decidiu-se pelo lado em que supunha estar defendendo a Constituição e o Chefe Supremo das Forças Armadas, ameaçados por um golpe.<sup>29</sup>

Ao final de seu depoimento, Domingos foi inquirido sobre como teria conseguido redigir seu nome e mais uma frase em idioma russo na supramencionada carta. O militar afirmou que: “[...] fê-lo utilizando-se do Dicionário Prático Ilustrado que encontrou por acaso, no meio de um grupo de alunos que estudaram na Escola de Eletrônica no CIAW<sup>30</sup>, no decorrer do ano de 1962 [...]”<sup>31</sup>.

Considerando que – em um contexto internacional de Guerra Fria – a Marinha do Brasil não possuía equipamentos militares soviéticos à época. O trecho a cima torna-se emblemático para que possamos compreender as concepções políticas e ideológicas do depoente e a condição em que se encontrava naquele IPM. Utilizando-se de subterfúgios e recursos em seu discurso, a fim de justificar seus posicionamentos políticos e atitudes enquanto representante da AMFNB a bordo do *Canopus*. O cabo Domingos Pereira se constituiu enquanto elemento de grande importância no contexto da mobilização dos marinheiros na cidade de Rio Grande-RS. Ainda que em constantes viagens para o sul do país, o referido militar procurava manter-se ciente das ações da associação e de seu posicionamento no contexto da crise política vivenciada pelo país. Mesmo apresentando diversas contradições – por razões óbvias, no cenário de “caça às bruxas” que se desencadeou imediatamente após o golpe – seu depoimento apresenta indícios que nos remetem à atuação da associação na urbe riograndina, à relevância daquela cidade no contexto em tela e, conseqüentemente, à repressão que sobre ela se abateu por ocasião do golpe.

---

<sup>28</sup>BNM 149, p. 2411 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

<sup>29</sup>BNM 149, p. 2412 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

<sup>30</sup>Centro de Instrução Almirante Wandenkolk, onde eram realizados os cursos de especialização de praças em algumas profissões, entre as quais a de eletrônica.

<sup>31</sup>BNM 149, p. 2412 – Auto de perguntas ao indiciado, depoimento prestado em 28abr1964.

Nesse quadro, cabe destacar o emprego – enquanto potencial instrumento para atuação da AMFNB na urbe riograndina – daquele que seja talvez o símbolo maior da repressão militar na cidade de Rio Grande-RS, o navio *Canopus*. O “navio branco” que, durante o regime militar e ainda hoje, compõe o imaginário<sup>32</sup> riograndino. O “navio prisão” que materializou a repressão capitaneada pela Marinha em uma cidade tão intimamente ligada ao mar.

## A Repressão

No contexto do cenário político nacional imediatamente posterior o golpe, a Marinha não considerava o 3º Exército como fiel à “revolução”. Por esse motivo, coube ao Capitão dos Portos levar a cabo a execução imediata da necessária “operação limpeza” na cidade. De modo que, conforme já exposto, no estado gaúcho, Rio Grande-RS só contou com quantidade menor de presos que a capital, Porto Alegre-RS (GANDRA, 1999, p. 90). Denotando assim, a intensidade com que se abateu a repressão nessa localidade.

Em um primeiro instante, sem o apoio declarado do 3º Exército, a Marinha se utilizou de todos os meios disponíveis na jurisdição da CPRS para assegurar a efetivação do golpe em Rio Grande-RS. Entre os quais estava o *Canopus*, como é possível constatar a seguir:

Os trabalhos de levantamento foram efetivamente concluídos no dia 29 de março de 1964, quando o navio atracou no porto de Rio Grande, após concluir as sondagens [...] A permanência no porto de Rio Grande a partir desta data foi uma consequência da Revolução, tendo o navio permanecido à quase totalidade do tempo, a partir do dia 1-4, fundeado ao largo, servindo inclusive como presídio temporário para um militar e 21 civis<sup>33</sup>, presos em consequência da Revolução. Nesse período, quando ainda não tinha presos a bordo, o navio suspendeu dia 2-4 com destino a Anhatomirim, cumprindo ordem do Comando do 5º Distrito Naval, tendo, entretanto, regressado à barra do porto poucas horas após, a fim de cumprir uma ordem do CEMA<sup>34</sup> para bloqueio do porto, isto com o propósito principal de impedir a entrada de petroleiros, uma vez que

---

<sup>32</sup> A presença de um navio da Marinha, como principal instrumento da imediata repressão pós-golpe, em uma cidade com particularidades e relação “íntima” com o mar, como Rio Grande-RS. Contribuiu para a construção de uma memória relativa aquele instante histórico, onde a representação do *Canopus* durante o regime militar tem significativa importância para a compreensão do processo de controle social conduzido pelo governo sobre a cidade, a partir desse imaginário riograndino. Conceito que é trabalhado na presente análise a partir do entendimento de Bronislaw Baczko de que “*el imaginario social es igualmente una pieza efectiva y eficaz del dispositivo de control de la vida colectiva, y en especial del ejercicio del poder*” (1991, p. 28).

<sup>33</sup> Na verdade, foram dois militares, pois, o vereador Athaydes Rodrigues era também oficial da Brigada Militar. Portanto, foram 20 civis e 2 militares que estiveram oficialmente presos a bordo do *Canopus*.

<sup>34</sup> Chefe do Estado-Maior da Armada.

ainda não havia uma definição clara, favoravelmente à Revolução, por parte do 3º Exército.<sup>35</sup>

O trecho acima denota o posicionamento da alta administração naval no que concerne à cidade de Rio Grande-RS e, especialmente, ao seu porto. Pois, revela que a determinação para que o *Canopus* permanecesse na urbe riograndina partiu da cúpula naval, isto é, do CEMA. Tendo como função inicial bloquear a barra do porto, e, em sequência, manter presos aqueles que fossem considerados subversivos ou “inimigos da revolução” naquela localidade. Esse é outro indício que remete à importância da “cidade vermelha” naquele contexto político. E ainda, à maneira rápida e intensa como a Marinha desencadeou e conduziu a repressão naquela localidade. Como que buscasse evitar, conter ou debelar uma eventual mobilização de determinados segmentos sociais.

Nesse sentido, ao receber ordem para bloquear o porto, o H-22 deixou de ser apenas um navio hidrográfico e constituiu-se enquanto principal instrumento da repressão em Rio Grande-RS naqueles dias iniciais do mês de abril de 1964. Mantendo o porto fechado durante aproximadamente dois dias, o *Canopus* impediu que qualquer embarcação entrasse ou saísse da barra até a definição do 3º Exército em apoiar a “revolução”. O trecho abaixo evidencia o modo como foi empregado o navio naquela ocasião: “Interrompida a lancha do práctico, quando demandava ao navio petroleiro *Tank Duke*, determinando-se o seu regresso à praticagem, imediatamente cumprido pelo mesmo, continuando o navio petroleiro fundeado [...]”<sup>36</sup>.

Ainda no dia 3 de abril daquele ano, antes mesmo de receber ordem para liberar a barra de Rio Grande-RS, chegou a bordo o primeiro preso da “operação limpeza”. Tratava-se de um militar integrante das fileiras da reserva da própria força, o capitão-tenente do quadro auxiliar<sup>37</sup> Aldo Lapolli. Conforme consta no livro de quarto do *Canopus*, sua “apresentação foi procedente da CPRS”<sup>38</sup> onde foi “preso por ordem do Comandante do 5º Distrito Naval”<sup>39</sup>.

---

<sup>35</sup> Arquivo da Marinha do Brasil (ARQMAR) – Navio Hidrográfico *Canopus* - Livro do Navio, capítulo III, folha 3aa (0131).

<sup>36</sup> ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 04h às 08h do dia 3abr.1964.

<sup>37</sup> Quadro composto por oficiais oriundos da carreira de praças que ascendiam ao oficialato através da realização de provas internas à Marinha, ou seja, o oficial auxiliar ingressava na força naval como praça, enquanto que os oficiais oriundos da Escola Naval iniciavam suas carreiras no oficialato como segundo-tenente. Ver Decreto 36.450, 10 de novembro de 1954 - Aprova o Regulamento para o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.

<sup>38</sup> ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 08h às 12h do dia 3abr.1964.

<sup>39</sup> ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 12h às 15h do dia 3abr.1964.

Professor universitário, figura proeminente na “cidade vermelha”, Lapolli foi também acusado de manter relações de amizade com Leonel Brizola, além de ser “um elemento da esquerda vinculado às campanhas comunistas no meio estudantil”.<sup>40</sup> Foi preso e indiciado sob a acusação de “contribuir para a crise de disciplina verificada a partir da madrugada de 26 de março”<sup>41</sup>, isto é, por ser suspeito de envolvimento com o movimento da AMFNB. Permanecendo a bordo do *Canopus* até o dia 17 de abril<sup>42</sup>, quando foi conduzido para o Rio de Janeiro-RJ. Ao chegar à urbe carioca o capitão Lapolli foi apresentado no navio mercante (NM) *Princesa Leopoldina*<sup>43</sup>, onde, a exemplo de alguns marinheiros presos por envolvimento com a AMFNB, como o cabo Raimundo Porfírio da Costa (DIAS et al, 2014, p.824), permaneceu preso respondendo IPM.

A tempestividade com que foi detido pela Marinha em Rio Grande-RS – na mesma data da portaria que determinou a instauração do IPM ao qual respondeu – suscita questionamentos acerca do acompanhamento das atividades daquele militar e de outras lideranças na urbe riograndina. Isto é, observando as “acusações” que pesavam sobre Lapolli, bem como, sua atividade docente e eventuais relações com lideranças políticas e trabalhistas da cidade, podemos acreditar que o capitão Aldo Lapolli já vinha sendo monitorado por militares da Marinha. O que justificaria a brevidade com que se deu sua prisão pelas autoridades navais em Rio Grande-RS.

Esse monitoramento das ações do referido oficial na urbe riograndina remonta à crise da legalidade no ano de 1961. Quando Aldo Lapolli servia na CPRS e o contra-almirante Luiz Clóvis de Oliveira<sup>44</sup> era o comandante do 5º Distrito Naval. Luiz Clóvis, já na reserva no ano de 1964, foi designado pelo Ministro da Marinha – vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald – como encarregado do IPM instaurado pela

---

<sup>40</sup>BNM 149, p. 659.

<sup>41</sup>BNM 028, p. 4 – Portaria nº0542 de 3 de abril de 1964 – Apurar os fatos e as responsabilidades relacionados com a conduta de oficiais da Marinha Brasileira que, de qualquer forma, contribuíram para a crise de disciplina verificada a partir da madrugada de 26 de março.

<sup>42</sup>ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – Quarto de 12h às 15h do dia 17abr.1964.

<sup>43</sup>Navio mercante requisitado pela Marinha por ocasião do golpe no ano de 1964, foi utilizado como navio prisão para onde foram enviados diversos presos da repressão naquele ano. Este navio, enquanto cumpriu esta função, permaneceu no Rio de Janeiro subordinado ao Comando do 1º Distrito Naval. Ao todo foram identificados seis navios utilizados como navios-prisões durante a ditadura militar: *Raul Soares* (Santos-SP), *Canopus* (Rio Grande-RS), *Custódio de Mello*, *Princesa Leopoldina*, *Bracuí* e *Guaporé* (Rio de Janeiro-RJ) (DIAS et al, vol. 1 tomo II, 2014, p.823-829).

<sup>44</sup>Oficial general comandante das forças militares sediadas no estado de Santa Catarina por ocasião da crise da legalidade envolvendo a posse na Presidência da República do então vice-presidente João Goulart. Quando o então governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, levantou em armas as tropas do 3º Exército sediadas naquele estado e da Brigada Militar, a fim de buscar assegurar a posse de Goulart enquanto presidente legítimo.

portaria nº 0542, e, no uso de suas atribuições, determinou a prisão do oficial. O qual, desde junho de 1963, encontrava-se afastado de suas funções<sup>45</sup> aguardando transferência para a reserva, na cidade de Rio Grande-RS, conforme havia solicitado ao comando da Marinha. O trecho a seguir evidencia as suspeitas que pesavam sobre Aldo Lapolli, as quais fundamentaram sua prisão:

O Encarregado deste inquérito, quando Comandante do 5º Distrito Naval, em mil novecentos e sessenta e um, teve a oportunidade de afastá-lo da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, onde servia havia cerca de cinco anos, pelo fato de ter se envolvido num inquérito mandado instaurar pela Diretoria-Geral de Hidrografia e Navegação, por haver suspeitas de irregularidades suas na fiscalização das obras de faróis da costa daquele Estado. Ainda, naquela ocasião, o seu procedimento deixou a desejar, dada as relações de amizade que parecia ter com o então Governador do Estado, Leonel Brizola. Era vez corrente na cidade de Rio Grande que o referido oficial auxiliar, que também tem um diploma de economista e exercia, naquela cidade, no meio civil, atividades de professor, era um elemento da esquerda vinculado as campanhas comunistas no âmbito estudantil.<sup>46</sup>

Portanto, ao ser designado encarregado do IPM, imediatamente o almirante Luiz Clóvis de Oliveira determinou a prisão de Lapolli, pelas mesmas razões que o levaram a afastar o referido oficial de suas funções durante a crise da legalidade em 1961. Sobretudo pelas acusações que, desde aquele ano, recaíam sobre o oficial, ou seja, por suas atividades em Rio Grande-RS e relações com lideranças políticas, elementos ligados à esquerda e com movimentos de cunho sindical e trabalhista. Em seu depoimento Aldo Lapolli afirmou:

Que em vista de ter servido na Capitania dos Portos de mil novecentos e cinquenta e seis a mil novecentos e sessenta e um e também pelas suas atividades de professor era muito relacionado na cidade do Rio Grande, podendo mesmo citar como pessoas de suas relações o Prefeito da cidade, os Delegados de Polícia, o Presidente do Rotary e Lions Clube, entre outros. Que nunca foi ligado a nenhuma associação, quer de caráter político, religioso ou econômico.<sup>47</sup>

Juntamente com Lapolli, outras lideranças da cidade foram presas durante a “operação limpeza”, sobretudo aquelas ligadas às seguintes legendas: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Republicano (PR) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Entre os presos destacam-se alguns representantes do legislativo e do judiciário, como o jornalista e vereador pela cidade de

---

<sup>45</sup>Aldo Lapolli afastou-se de suas funções na Marinha em junho de 1963, quando entrou em licença para tratamento de saúde, até dezembro do mesmo ano. Em janeiro do ano seguinte solicitou férias e no dia 21 do mesmo mês deu entrada junto ao comando da Marinha em seu pedido de transferência para a reserva e em uma solicitação para aguardar a decisão na cidade de Rio Grande. BNM 149, p. 660 – Autos de pergunta ao indiciado.

<sup>46</sup>BNM 149, p. 659.

<sup>47</sup>BNM 149, p. 661.

Pelotas-RS Edgar José Curvello, o oficial da Brigada Militar e vereador por Rio Grande-RS Athaydes Rodrigues e o promotor de justiça Heitor Viterbo de Oliveira. E ainda, trabalhadores ligados a sindicatos e movimentos de representação de portuários, estivadores, ferroviários e operários. Muitos desses homens foram conduzidos até o *Canopus* e ali permaneceram detidos durante dias, à disposição do Capitão dos Portos, para quaisquer esclarecimentos e interrogatórios que se fizessem necessários.

Não sendo o *Canopus* um navio de grande porte, seus compartimentos foram adequados para receber os presos. Sendo reservado aos oficiais Aldo Lapolli e Athaydes Rodrigues, bem como, ao vereador Edgar Curvello e outros “assemelhados”<sup>48</sup>, a prerrogativa de ocupar camarotes. Enquanto que os demais presos foram distribuídos em compartimentos situados conveses abaixo, ou seja, “recolhidos à enfermaria do navio ou em algum porão na popa [...] os líderes sindicais, porém, estavam ‘invisíveis’” (RODRIGUES, 1980, p. 21-22). De acordo com Athaydes, ao chegar ao H-22 o comandante Maximiano teria lhe dito que receberia ali “o tratamento que merece, por ser oficial e vereador, podendo assim ficar na parte do navio reservada aos oficiais” (RODRIGUES, 1980, pp. 21).

Nesse cenário, Athaydes Rodrigues (1980, p. 21) relata ainda que: “Tomo conhecimento do regime carcerário. Podemos ler jornais e ouvir o rádio de bordo. As refeições são boas e três vezes por dia. Banho, porém, só pode ser tomado durante 5 minutos<sup>49</sup>, às 6 da manhã”. Em contrapartida, as lideranças trabalhistas e sindicais foram mantidas em regime carcerário bem mais rígido, confinados em compartimentos com pouca ventilação. Como afirma Antônio Nailem Espíndola<sup>50</sup>:

[...] fomos levados para o navio e daí fomos colocados ali, um monte de homens dentro de uma pecinha que tinha uns 5m<sup>2</sup>, agente dormia num (*sic.*) beliches e a comida vinha pra gente (*sic.*), o vigia nos alcançava por uma frestinha. A pessoa não podia nem conversar, não podia ouvir rádio, não podia ler jornal, não podia se comunicar com a família.<sup>51</sup>

Do mesmo modo como oficiais e praças cumpriam penas restritivas de liberdade em ambientes separados, os civis “assemelhados” também eram adequados dessa maneira.

---

<sup>48</sup>Termo empregado na Marinha para classificar civis em *status* – para efeito de prerrogativas, privilégios e ambientes de convivência – de acordo com a hierarquia militar. Esta classificação normalmente é feita de acordo com a atividade profissional, nível de instrução e/ou condição social.

<sup>49</sup>Procedimento comum em navios de médio e pequeno porte devido à pouca capacidade de armazenamento de água.

<sup>50</sup>Liderança do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande-RS no início da década de 1960, preso pelas forças de repressão após o Golpe Civil-Militar de 1964, ficou detido a bordo do navio *Canopus*.

<sup>51</sup>APERS – Processo nº 4058-1200/98-4 p.30.

Mas, no *Canopus*, essa separação certamente não tinha relação somente com questões de *status* hierárquico ou devido ao pouco espaço disponível na embarcação. Tendo como principal objetivo manter incomunicáveis, na medida do possível, cada preso de acordo com sua área de atuação. Isto é, separavam-se as lideranças sindicais e trabalhistas das lideranças políticas, e, certamente, estas dos militares presos por contravenções disciplinares ou questões políticas.

Enquanto instrumento de repressão na urbe riograndina, a atuação do *Canopus* foi amplamente divulgada pela imprensa da cidade, especialmente pelo jornal *O Rio Grande*, de linha abertamente favorável ao golpe. Divulgação que contribuiu, sobremaneira, para implantar o terror na cidade em relação ao “navio branco”. Especialmente, entre aqueles que foram os alvos principais da repressão capitaneada pela Marinha. Solidificando a representação do *Canopus* enquanto “navio prisão” no imaginário da sociedade riograndina. Como podemos perceber em um trecho da reportagem de capa, do dia 9 de abril de 1964, quando *O Rio Grande* informou o seguinte:

A operação “gaiola”, por seu turno, vai sendo levada adiante. Calcula-se que o “Canopus” já se encontra abarrotado de líderes vermelhos e de agitadores que atuavam em Rio Grande. Consta que essa belonave deverá zarpar para o Rio de Janeiro e que virá para Rio Grande um navio maior para o qual serão transferidos os presos políticos.<sup>52</sup>

Curiosamente, na data em que circulou esta reportagem um navio de grande porte da Marinha já se encontrava atracado no porto de Rio Grande-RS desde o dia 5 daquele mês<sup>53</sup>, fato que não foi divulgado pela imprensa local. O contratorpedeiro *Pernambuco* havia suspendido do Rio de Janeiro-RJ, ainda no dia 3 do mesmo mês, com a missão de apoiar o Comando do 5º Distrito Naval no controle da região sul durante os dias que se sucederam ao golpe. Permanecendo atracado em Rio Grande-RS, o contratorpedeiro proporcionou apoio<sup>54</sup> de tropas e materiais para as forças de repressão, sob o comando do Capitão dos Portos, até o dia 21 de abril<sup>55</sup>. Regressando ao Rio de Janeiro-RJ tão logo os presos políticos detidos a bordo do *Canopus* foram entregues às autoridades policiais a fim de serem conduzidos para Porto Alegre-RS. Mais especificamente para as dependências do Serviço Social do Menor (SESME), onde praticamente todos permaneceram detidos.

---

<sup>52</sup>*O Rio Grande*, 9abr.1964, p.1 – Biblioteca Riograndense.

<sup>53</sup>ARQMAR – Contratorpedeiro *Pernambuco* - Livro do Navio, capítulo III, folha 80 (0132).

<sup>54</sup>ARQMAR – Contratorpedeiro *Pernambuco* - Microfilme do livro de quarto entre os dias 9 e 15 de abril de 1964.

<sup>55</sup>ARQMAR – Contratorpedeiro *Pernambuco* - Livro do Navio, capítulo III, folha 80 (0132).

Cabe destacar que a utilização de “navios prisão” pela Marinha se restringiu a cidades portuárias com significativa importância estratégica, como: Rio de Janeiro-RJ, Santos-SP e Rio Grande-RS (DIAS et al, 2014, pp. 823-829). Fato que reforça a relevância da urbe riograndina no contexto político-social da época, especialmente no que concerne à sua forte tradição trabalhista e sindical, bem como, à sua importância simbólica<sup>56</sup> e estratégica para a força naval. A tabela abaixo sintetiza toda a atividade desempenhada pelo *Canopus* durante o período em que cumpriu a função de presídio político em Rio Grande-RS, evidenciando ainda o perfil político e profissional da maioria dos presos pelas autoridades navais naquela cidade:

**Tabela1: PRISÕES A BORDO DO CANOPUS DURANTE A “OPERAÇÃO LIMPEZA” NA CIDADE DE RIO GRANDE - RS**

NOME	PROFISSÃO	PARTIDO / SINDICATO	PRISÃO	SAÍDA	DESTINO
Aldo Lapolli	Militar / Professor	Nenhuma	03/04/1964	17/04/1964	NM <i>Princesa Leopoldina</i> - RJ
Manuel Gonçalves	xxx	xxx	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre - RS
Enestor Farias de Albernaz	Portuário	PCB e PR	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre - RS
Edgar José Cuevello	Jornalista / Vereador	PR	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre - RS
Antônio Nailen Espíndola	Portuário	PTB	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Dinarte Luz Alves	Portuário	Não declarada	06/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Athaydes Rodrigues	Militar / Vereador	PR	07/04/1964	10/04/1964	Brigada Militar - RS
José Ferreira da Costa	Pedreiro	PCdoB	07/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Savio da Silva Pinto	xxx	xxx	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Miguel Gomes	Ferroviário	PTB	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Nery de Ávila	xxx	xxx	08/04/1964	19/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
João Flores Aguiar	Agricultor	PCB	08/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
João Rodrigues Viana	xxx	xxx	09/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Osmar Santa Helena	Professor	xxx	09/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre

<sup>56</sup> Cidade natal de alguns dos principais ícones navais brasileiros, entre os quais podemos destacar: o Almirante Joaquim Marques Lisboa (Marquês de Tamandaré – Patrono da Marinha do Brasil) e o Imperial Marinheiro Marcílio Dias (herói da Batalha Naval do Riachuelo).

Evandro Victor Rodrigues	Ferrovário	PTB	10/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Roberto Leonardo Germano	xxx	xxx	10/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Raul Duarte Prestes	xxx	xxx	11/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Claudio Farias	xxx	xxx	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Heitor Viterbo de Oliveira	Promotor de Justiça	xxx	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Manoel Rechia	Ferrovário	PCB	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Eurides Paim Vieira	DEPREC-RS	PTB	14/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre
Ruben Dutra Ferreira	xxx	xxx	19/04/1964	20/04/1964	Brigada Militar / SESME em Porto Alegre

Fonte: APERS<sup>57</sup> e ARQMAR<sup>58</sup>.

Durante a elaboração da tabela acima, não foi possível precisar a ocupação profissional e orientação/filiação político-partidária e sindical de todos os 22 presos. Entretanto, daqueles cujo o acesso foi possível durante a pesquisa, podemos perceber que, em sua maioria, eram trabalhadores filiados a partidos de esquerda e/ou ligados a atividades profissionais relacionadas com o porto (incluindo os ferroviários, que em Rio Grande-RS têm relação direta com as atividades marítimas e portuárias).

Nessa conjuntura, o *Canopus* cumpriu a missão para a qual foi designado naquele mês de abril de 1964. Iniciando sua viagem de volta ao Rio de Janeiro-RJ no dia 22 de abril<sup>59</sup> o H-22 deixou sua “carga” aos cuidados das autoridades policiais da cidade de Rio Grande-RS, as quais se encarregaram de conduzir a mesma para a capital gaúcha, a fim de dar continuidade à “limpeza” da “cidade vermelha”. Mas que, através da repressão e do medo sistematicamente perpetrados pelas autoridades navais daquela cidade, o “navio branco” contribuiu sobremaneira para uma significativa mudança em um cenário outrora marcado por lutas e conquistas sociais. Colaborando, significativamente, para o controle social capitaneado pela força naval em Rio Grande-RS durante os dias que se seguiram ao golpe. Ao passo que, sua representação no imaginário da comunidade riograndina contribuiu para que a Marinha pudesse “manter a ordem” durante todo período da ditadura.

<sup>57</sup> Processos da Comissão Especial de Indenização a Ex-Presos Políticos do Rio Grande do Sul.

<sup>58</sup> Navio *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – de 3 a 20abr.1964.

<sup>59</sup> ARQMAR – Navio Hidrográfico *Canopus* - Microfilme do livro de quarto do mês de abril de 1964 – 22abr.1964.

## Considerações Finais

Frente ao exposto, é possível considerar que, em um contexto de continuidade em relação à crise de sucessão em 1961, que se desencadeou após a renúncia do então Presidente da República, Jânio Quadros, culminando com a posse do trabalhista João Goulart, então Vice-Presidente, naquele mesmo ano. O estado gaúcho e, especialmente, a cidade de Rio Grande-RS, mais uma vez assumiram posição de destaque na cena nacional. Nesse quadro, a partir da análise da trajetória de militares, ex-militares e civis que vivenciaram o período em tela, enquanto sujeitos de um processo identificação entre marinheiros e integrantes das diversas categorias de trabalhadores que tinham no *lócus* portuário seu espaço de trabalho e convivência. Foi possível verificar indícios que apontam para a atuação da AMFNB na urbe riograndina. Em um cenário nacional marcado por significativas mobilizações das camadas trabalhadoras na busca por avanços em direitos e garantias sociais.

Esses indícios se mostraram ainda mais presentes quando observamos o desencadeamento da “operação limpeza”, tanto no meio civil, quanto nos quadros da Marinha. Onde é possível perceber a maneira como a repressão se abateu sobre as lideranças riograndinas da associação, ou aqueles membros que, de algum modo, atuavam na cidade. Agindo de modo sistemático, no Rio de Janeiro-RJ e em Rio Grande-RS, as forças de repressão iniciaram o expurgo nas fileiras da Marinha e as prisões a bordo do *Canopus*, respectivamente.

Alguns indícios trabalhados nesse ponto da análise remetem a uma perseguição sistêmica às diversas lideranças regionais. Algumas das quais mantinham relação de proximidade com membros da AMFNB e/ou seus apoiadores na cena política nacional. O que contribuiu para o modo como foi conduzida a repressão em Rio Grande-RS, especialmente, durante o mês de abril de 1964, com o emprego do *Canopus* durante esse processo de “limpeza” da cidade.

Dessarte, considerando que, de acordo com a teoria de Ginzburg (1989, p. 178), alguns indícios podem ser assumidos enquanto elementos reveladores de fenômenos mais gerais, o presente artigo buscou, “a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (1989, p. 152). Não pretendendo, de modo algum, esgotar o assunto, mas apenas apresentar uma contribuição no que concerne ao aprofundamento dos debates historiográficos acerca do Golpe Civil-Militar de 1964 e seus desdobramentos fora dos grandes centros brasileiros, em especial

na cidade de Rio Grande-RS. Buscando ainda, contribuir para uma melhor compreensão do movimento dos marinheiros e da própria AMFNB, bem como, sobre a amplitude da mobilização desse segmento de militares e suas articulações junto a outros segmentos de trabalhadores no meio civil, em um contexto tão tensionado de um período ainda muito “vivo” da história brasileira.

---

#### SAILORS, DOCK WORKERS AND THE "RED CITY": MOBILIZATION AND REPRESSION IN THE CONTEXT OF THE 1964 CIVIL-MILITARY

**Abstract:** This article is a brief re-reading of the mobilization of the Association of Mariners and Marine Corps of Brazil and its developments in the Brazilian city of Rio Grande-RS, during the year 1964. In this sense, based on a process of approximation between sailors and dockworkers in Rio Grande city, in a national context marked by intense social mobilization in a strained political scenario. Was analyzed the repression that struck the city of the Rio Grande under the radicalization of the sailors movement, in the context of the civil-military coup of 1964. The aim was to demonstrate the unfolding of the mobilization of these soldiers and the possible role of the AMFNB in Rio Grande-RS, as well as the relationship between the leaders dock workers of the city and the members or supporters of the association in that context. Thus, the present work seeks to contribute to a better understanding of the scope of the sailors' movement, as well as the way in which repression was conducted in Rio Grande-RS, even at moments of consolidation of the coup.

**Keywords:** Association of Sailors and Marines of Brazil. Dock Workers. City of Rio Grande-RS. Civil-Military Coup.

---

#### Referências

##### Fontes

##### Livros de Memória

RODRIGUES, Athaydes. *Agora eu...A revolução de 1964, em Rio Grande*. Rio Grande. 1980.

VIEGAS, Pedro. *Trajatória Rebelde*. São Paulo: Cortez, 2004.

##### Entrevistas

- Paulo Fernando da Costa (marinheiro e uma das lideranças da AMFNB) – 1ª Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra e Robert Wagner Porto da S. Castro, em 02 de novembro de 2013, na residência do entrevistado no bairro Cassino, cidade de Rio Grande-RS. 2ª Entrevista realizada por Edgar Ávila Gandra e Robert Wagner Porto da S. Castro em 27 de março de 2014, na residência do entrevistado no bairro Cassino, cidade de Rio Grande-RS.

##### Jornais e Periódicos

### *O Globo*

- Acervo Digital / Jornal O Globo – Rio de Janeiro, 27 de março de 2004.

### *O Rio Grande*

- Biblioteca Riograndense – Rio Grande, 03 de março de 1964.

### Legislações

**BRASIL.** Decreto nº. 447, de 19 de maio de 1846. Manda pôr em execução o Regulamento para as Capitanias dos Portos.

Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-447-19-maio-1846-560415-publicacaooriginal-83218-pe.html>. Consultado em 27 de jul. 2014.

**BRASIL.** Decreto nº. 95.480, de 13 de outubro de 1955. Aprova o Regulamento Disciplinar para a Marinha.

Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-38010-5-outubro-1955-335377-publicacaooriginal-1-pe.html>. Consultado em 27 de jul. 2014.

### Arquivos

- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS

- Arquivo da Marinha do Brasil – ARQMAR

### Base de Dados / Arquivos Digitais

- Projeto Brasil Nunca Mais Digital – BNMDigit@l - <http://bnmdigital.mpf.mp.br>

## **Bibliografia**

ALMEIDA, Anderson da Silva. Todo leme a bombordo – marinheiros e ditadura civil-militar no Brasil: da Rebelião de 1964 à Anistia. *Dissertação de Mestrado em História Social*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique. *A cidade do Rio Grande: uma abordagem histórico-historiográfica*. Rio Grande: FURG, 1997.

ANKERSMIT, Franklin Rudolf. *A escrita da história: a natureza da representação histórica*. Londrina: EDUEL, 2012.

BACZKO, Bronislaw. *Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas*. Buenos Aires: Nueva visión, 1991.

CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva. Na esteira da memória: a questão social e a mobilização dos marinheiros, atuação e repressão na cidade de Rio Grande-RS (1962-1964). *Dissertação de Mestrado em História*, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, Marcos Sá. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

DIAS, José Carlos; FILHO, José Paulo Cavalcanti; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio; DALLARI, Pedro Bohomoletz de Abreu e CUNHA, Rosa Maria Cardoso da. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. vol. 1 tomo II e vol.3, Brasília: CNV, 2014.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Ângela de Castro. *1964 – O golpe que derrubou um presidente, pôs fim a um regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_ e REIS, Daniel Aarão (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical 1945-1964. As Esquerdas no Brasil*. vol. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GANDRA, Edgar Ávila. *O cais da resistência: A trajetória do Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Rio Grande nos anos de 1959 a 1969*. Cruz Alta: UNICRUZ, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto História*, São Paulo: PUC-SP, n.15, abril de 1997, p.13-49.

RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar, o movimento dos marinheiros e o golpe de 1964*. São Paulo: Cortez, 2004.

---

#### SOBRE O AUTOR

**Robert Porto Castro** é doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

---

Recebido em 29/04/2019

Aceito em 21/06/2019